

A contribuição de Engels para a teoria dos partidos políticos

Theófilo Codeço Machado Rodrigues¹

Resumo

O presente artigo sistematiza as principais contribuições de Engels para a teoria dos partidos políticos a partir de suas intervenções nas três últimas décadas do século XIX, no momento de gênese do Partido Social Democrata Alemão, o SPD. O artigo está subdividido em cinco seções. A primeira avalia a participação de Engels na I Internacional Socialista e sua polêmica com o anarquismo. A segunda seção trata mais propriamente da relação de Engels com o processo político de criação do SPD. A terceira observa o papel de Engels após a morte de Marx na organização da Segunda Internacional. A quarta seção sintetiza a crítica de Engels ao programa do SPD aprovado no Congresso de Erfurt, em 1891. Por fim, a quinta seção analisa as originais percepções do autor sobre o contexto histórico que permitiu o avanço e a organização do SPD e dos demais partidos socialdemocratas na Europa Ocidental. A hipótese apresentada é a de que, antes dos clássicos do início do XX, Engels já havia percebido a ascensão dos “partidos de massas” como inovação política daquele momento de virada do século.

Palavras chave: Engels; Teoria Política; Partidos Políticos

Abstract

The present article systematizes the main contributions of Engels to the theory of political parties from their interventions in the last three decades of the nineteenth century, at the time of the genesis of the German Social Democratic Party, the SPD. The article is subdivided into five sections. The first evaluates Engels' participation in the First Socialist International and his controversy with anarchism. The second section deals more specifically with Engels' relationship with the political process of creating the SPD. The third notes the role of Engels after Marx's death in the organization of the Second International. The fourth section synthesizes Engels' critique of the SPD program approved at the Congress of Erfurt in 1891. Finally, the fifth section analyzes the author's original perceptions of the historical context that allowed the SPD and other parties to advance and organize social democrats in Western Europe. The hypothesis presented is

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense.

that before the early twentieth century classics, Engels had already perceived the rise of the "mass parties" as a political innovation of that turning point of the century.

Keywords: Engels; Political Theory; Political Parties

Introdução

A teoria dos partidos políticos, como a conhecemos, é subproduto da teoria política do século XX. Com Ostorgorski, Weber e Michels, na primeira metade do século, e Duverger, Kirchheimer, Panebianco e Sartori, na segunda metade, estudos sobre partidos foram desenvolvidos e sistematizados a ponto de merecerem o nome de “teoria”. Mas isso não significa atestar a ausência nos séculos anteriores de contribuições relevantes para a conformação dessa teoria. Sartori (1982) já havia notado que no XVIII autores como Voltaire, Bolingbroke, Hume e Burke haviam dado os primeiros passos para um entendimento sobre o que seriam os partidos políticos. Claro, as organizações partidárias daquele momento histórico eram bem distintas das do século XX e o grande dilema que aqueles autores enfrentavam era a diferenciação entre os partidos e as deletérias facções. Há, no entanto, um autor que está fora desse *mainstream* intelectual, mas que já no século XIX ofereceu originais observações sobre as nascentes organizações de caráter eleitoral que passariam a ser conhecidas como “partidos de massas” pela teoria política. Trata-se do alemão Friedrich Engels.

O presente artigo sistematiza as principais contribuições de Engels para a teoria dos partidos políticos a partir de suas intervenções nas três últimas décadas do século XIX, no momento de gênese do Partido Social Democrata Alemão, o SPD. O artigo está subdividido em cinco seções. A primeira avalia a participação de Engels na I Internacional Socialista e sua polêmica com o anarquismo. A segunda seção trata mais propriamente da relação de Engels com o processo político de criação do SPD. A terceira observa o papel de Engels após a morte de Marx na organização da Segunda Internacional. A quarta seção sintetiza a crítica de Engels ao programa do SPD aprovado no Congresso de Erfurt, em 1891. Por fim, a quinta seção analisa as originais percepções do autor sobre o contexto histórico que permitiu o avanço e a organização do SPD e dos demais partidos socialdemocratas na Europa Ocidental. A hipótese apresentada é a de que, antes dos clássicos do início do XX, Engels já havia percebido a ascensão dos “partidos de massas” como inovação política daquele momento de virada do século.

Engels e a I Internacional (1870)

A preocupação com a construção de uma organização revolucionária em forma de partido político esteve presente desde muito cedo em Engels, embora essa preocupação tenha amadurecido e se transformado qualitativamente ao longo do tempo. O *Manifesto Comunista*, redigido ao lado de Marx, em 1848, é certamente um marco importante para esse registro partidário. Orientados pela Liga dos Comunistas, os dois assumiram a responsabilidade de publicar um documento em que ficassem explícitos os objetivos dos comunistas, em forma de um *Manifesto do Partido Comunista*. Mas, naquele momento, entendia-se o Partido Comunista muito mais como um movimento do que como uma organização partidária propriamente dita. “Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. (...) Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país”, diziam Marx e Engels (2010, p. 51) no *Manifesto*.

Foi, contudo, com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT, ou simplesmente, da I Internacional, em 1864, que a política comunista de criação de organizações partidárias nacionais teve maior evidência. E Engels teve papel de destaque nesse processo. Em 1870, tornou-se membro do Conselho Geral da AIT e atuou como secretário correspondente para países como Espanha e Itália². Foi nesse momento que a orientação para criação de partidos comunistas assumiu maior protagonismo. Uma carta escrita em 13 de fevereiro de 1871 ao Conselho Federal Espanhol da AIT sintetiza bem essa diretiva: “a experiência mostrou que a melhor maneira de emancipar os trabalhadores dessa dominação dos velhos partidos é formar, em cada país, um partido proletário com uma política própria” (Engels, 2014, 300). Essa carta para o conselho espanhol já antecipava, de diversos modos, um tema que seria central para a formulação engelsiana: a do papel do partido no cenário de sufrágio universal. A citação é longa, mas reveladora:

Deixar de combater nossos adversários no campo político significaria abandonar uma das armas mais poderosas, particularmente na esfera da organização e propaganda. O sufrágio universal nos dá um excelente meio de luta. Na Alemanha, onde os trabalhadores possuem um partido

² Em 1850, mudou-se para Manchester com a finalidade de gerir os negócios da família. Lá permaneceu até 1870, quando se transferiu para Londres. Ao chegar em Londres assumiu imediatamente uma tarefa no Conselho Geral da AIT.

político bem organizado, eles conseguiram enviar seis deputados à assim chamada Assembleia Nacional; e a oposição que nossos amigos Bebel e Liebknecht foram capazes de organizar nesse país contra uma guerra de conquista atuou mais poderosamente no interesse de nossa propaganda internacional do que o teriam feito reuniões e anos de propaganda na imprensa. Atualmente, também na França foram eleitos representantes dos trabalhadores, que proclamarão nossos princípios em alto e bom som. Nas próximas eleições, a mesma coisa acontecerá na Inglaterra (Engels, 2014, p. 301).

Curioso que Engels mencione nessa carta de 13 de fevereiro de 1871 que “na França foram eleitos representantes dos trabalhadores, que proclamarão nossos princípios em alto e bom som”. Afinal de contas, um mês depois, em 18 de março de 1871, esses mesmos representantes dos trabalhadores franceses anunciavam a Comuna de Paris, a primeira revolução proletária da história.

Esse não é um debate menor. No seio do movimento revolucionário sempre houve quem defendesse que a luta de classes deveria se desenvolver na sociedade, através de uma luta social ou econômica. Os anarquistas, por exemplo, consideravam um desvio a participação política institucional e a disputa do Estado. Essa foi uma das razões da grande crise interna da AIT que culminou com sua divisão em 1872. Em polêmica com Marx sobre a expulsão dos anarquistas da AIT no Congresso de Haia, Bakunin (2006, p. 121-122) sustentava: “não admitimos, nem mesmo como transição revolucionária, nem as Convenções nacionais, nem as Assembleias constituintes, nem os governos provisórios, nem as ditaduras supostamente revolucionárias...”. A intervenção de Engels em defesa da construção partidária e da disputa eleitoral colidia com essa proposta anarquista. Não estranhava, portanto, a ativa preocupação de Engels com a organização partidária dos comunistas em seu país.

Engels e a construção do SPD (1875)

Curiosa importância tem o SPD para os estudos dos partidos políticos. É notório que *Sociologia dos Partidos Políticos*, a grande obra de Michels sobre o tema, foi baseada nos dilemas da organização interna do SPD. Ali vemos Michels (1982) discorrer com profundidade sobre as ações de importantes dirigentes socialdemocratas como Bebel, Liebknecht, Kautsky, Bernstein e Luxemburgo, ou mesmo sobre referências intelectuais do partido como Marx e Lassalle, mas sobre Engels muito pouco se diz, e as poucas

citações não o apresentam exatamente como liderança formuladora da ideia de partido. Inexplicável ausência.

Quando, em 1875, a *Associação Geral dos Trabalhadores*, de influência Lassalliana, e o Partido Social Democrata dos Trabalhadores, referenciado em Marx, resolveram realizar um Congresso na cidade de Gotha para organizar um único partido, o SPD, lá estava Engels como um dos grandes conselheiros por trás dos conflitos programáticos internos do movimento. Engels e Marx não participaram pessoalmente do Congresso de Gotha que ocorreu em fins de maio de 1875 – os dois estavam em Londres -, mas trocaram algumas cartas ao longo daquele ano com Bracke, Bebel, Liebknecht e alguns outros dirigentes sobre os rumos programáticos do novo partido.

Engels provavelmente soube do processo de unificação e criação do SPD em fevereiro de 1875. Em uma carta de 23 de fevereiro Bebel lhe perguntava o que achava da questão da unificação. Engels responde a Bebel em fins de março que ainda pouco sabia sobre esse processo, mas que considerava um erro que os lassallianos influenciassem tão fortemente as linhas programáticas do novo partido. Engels (2012a, p. 58) concluía a carta com uma profecia não realizada: “estou convencido de que uma unificação sobre essa base não durará nem sequer um ano”. O partido não apenas durou mais de um ano, como está em atividade até os dias de hoje, o que lhe credencia como uma das organizações mais antigas do sistema internacional.

A polêmica de Marx e de Engels com aquele programa de conciliação entre lassallianos e comunistas está bem desenvolvida nas famosas *Glosas Marginais ao programa do Partido Operário Alemão*, também conhecido como a *Crítica do Programa de Gotha*. Não acabe aqui pontuar todas as críticas apresentadas nesse texto. Vale apenas ressaltar duas razões que o motivaram. Em primeiro lugar, nas palavras de Engels (2012d, p. 18), tanto ele quanto Marx estavam “envolvidos com o movimento alemão mais intimamente do que com qualquer outro; assim, o retrocesso decisivo anunciado nesse projeto de programa só podia nos perturbar violentamente”. Em segundo lugar, ainda de acordo com Engels (2012d, p. 18), “naquele momento – apenas dois anos após o Congresso de Haia da Internacional – estávamos na mais acalorada luta contra Bakunin e seus anarquistas, que nos apontavam como os responsáveis por tudo que acontecia no movimento operário na Alemanha”.

Apesar de discordarem dos termos programáticos da unificação, tanto Engels quanto Marx, em momentos distintos, concordaram que a criação do SPD estava acima das questões teóricas. Interessante notar a semelhança com a qual os dois avaliaram a situação. Na já mencionada carta para Bebel, Engels (2012a, p. 57) assinala que “em geral, importa menos o programa oficial de um partido do que seus atos”. Já Marx (2012, p. 20), em carta enviada para Bracke em 5 de maio de 1875, afirma que “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas”. Era evidente que tanto Marx quanto Engels compartilhavam exatamente a mesma opinião.

A insatisfação de Engels com o modo como a unificação do movimento socialista alemão ocorreu voltou a aparecer em duas cartas de outubro de 1875 redigidas para Bracke e Bebel. Nas duas missivas reclama com os líderes do SPD que a Comissão Executiva do partido formada por cinco membros era composta por três lassallianos e apenas dois “eisenachianos”, como eram conhecidos os socialistas mais próximos de Marx e Engels³. “Quanta fraqueza”, dizia Engels (2012b, p. 62) para Bracke. Em sua opinião, tratava-se de uma incompreensível subordinação dos marxistas aos discípulos de Lassalle. “Se você está satisfeito (...), as aspirações de nossa parte reduziram-se consideravelmente”, cobrava Engels (2012c, p. 66) de Bebel.

Engels e a II Internacional (1889)

Após a morte de Marx em 1883, Engels tornou-se a principal referência teórica do SPD, embora mantivesse certo distanciamento das questões organizativas internas. Seus amigos insistiam que ele retornasse para a Alemanha, mas Engels sabia que ainda tinha um papel maior a cumprir no âmbito internacional. “Meus cinquenta anos de serviço no Movimento Comunista Internacional tornam impossível que eu me apresente como representante de um partido socialista nacional qualquer”, respondia Engels (apud MCLELLAN, 1977, p. 20). Sua preocupação migrou para a reorganização do movimento socialista internacional e para isso apostou na recriação da Internacional, que havia sido destruída após os embates entre anarquistas e comunistas. Assim, em 1889, nasceu a Segunda Internacional.

O ano de 1889 marcou o centenário da Revolução Francesa. Os socialistas, claro, não poderiam deixar aquela data passar em branco: se cem anos antes havia ocorrido a

³ Trata-se de uma referência à cidade de Eisenach, onde o Partido Social Democrata dos Trabalhadores havia sido fundado por Liebknecht e Bebel em 1869.

revolução burguesa, agora seria a vez da revolução proletária. A ideia era congrega socialistas de todos os países em Paris em um congresso operário internacional. Mas mesmo um momento de comemorações como esse não era capaz de minimizar todas as grandes diferenças que havia no seio do movimento socialista. O fato é que em julho daquele ano dois congressos foram realizados: de um lado, o congresso referenciado no marxismo, anunciava a via da luta de classes como o caminho para o socialismo; do outro, o congresso *possibilista* demonstrava maior preocupação com a luta eleitoral e as reformas possíveis para aquela conjuntura (JOFFILY, 2012).

Sem Marx, caberia a Engels a tarefa de garantir a unidade do movimento, ou, no mínimo, a tarefa de garantir a supremacia dos socialistas marxistas. E foi isso que Engels fez ao convencer os partidos marxistas alemão e austríaco a participarem do congresso organizado por Lafargue e os marxistas franceses. “Engels era a única personalidade capaz de reunir os partidos comunistas europeus; só ele, tocando o “primeiro violino”, desfrutava de estatura e autoridade para unificar um movimento inerentemente faccioso”, nos diz o seu biógrafo Tristram Hunt (2010, p. 375). A articulação política de Engels obteve resultado e o Congresso foi um sucesso com cerca de 400 delegados representando cerca de 20 países. Surgia ali, em julho de 1889, na cidade de Paris, a organização que passou a ser conhecida como a Segunda Internacional. Com o movimento internacional reorganizado, era possível que Engels voltasse sua atenção para o socialismo em seu país.

Engels e a organização do SPD no Congresso de Erfurt (1891)

Após a unificação/criação do SPD em 1875, a ascensão eleitoral do partido foi permanente. Isso, claro, gerou reações autoritárias do *Reichstag*. Bismarck, o todo poderoso chanceler alemão, editou as chamadas Leis Antissocialistas em 1878. Essas leis censuravam reuniões e jornais de caráter socialista, com o objetivo de refrear a crescente influência do SPD. Mas a marcha socialista foi irrefreável e, com a demissão de Bismarck, as Leis Antissocialistas foram abolidas em 1890. Foi nesse contexto de maior liberdade de organização que o partido preparou seus próximos congressos.

Em 1890, o Congresso de Halle, o primeiro após a suspensão das Leis Antissocialistas, aprovou que, no ano seguinte, em Congresso a ser realizado na cidade de Erfurt, o SPD debateria um novo programa partidário. Liebknecht, que havia sido o autor do programa de Gotha em vigor até então, foi um dos defensores dessa atualização programática. Foi nesse contexto, com o intuito de influir nos debates sobre o Programa

de Erfurt que seria aprovado em outubro de 1891, que Engels voltou seus olhos para a Alemanha. Uma de suas primeiras medidas foi a publicação, em janeiro de 1891, da crítica de Marx ao Programa de Gotha. Essa crítica, que hoje conhecemos como as *Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão*, eram desconhecidas do grande público até então. Ao publicar esse documento quinze anos depois de ter sido redigido, Engels tinha o objetivo de isolar de vez os lassallianos do SPD. Com efeito, essa corrente interna já havia sido enfraquecida no interior do partido e a ação de Engels contribuiu para seu maior isolamento.

A segunda medida veio em março de 1891. Com o pretexto de reeditar os textos de Marx sobre a Comuna de Paris em um único livro, em particular a mensagem do Conselho Geral da Internacional, Engels elaborou uma rigorosa defesa da “ditadura do proletariado”. Seu objetivo indireto era mostrar aos socialistas alemães que essa era a forma política defendida por Marx a ser buscada pelo SPD. Esse livro, que hoje conhecemos como *A Guerra Civil na França*, ganhou uma introdução de Engels que terminava com as seguintes palavras: “Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado” (ENGELS, 2011, p. 197).

A terceira medida tomada por Engels foi o envio aos dirigentes socialistas de uma crítica ao projeto de Programa de Erfurt que seria aprovado em outubro. Engels reconhecia que o novo programa era melhor do que o anterior, mas não podia deixar de apontar algumas incongruências. “O actual projecto distingue-se muito vantajosamente do programa de até agora. Os fortes restos de uma tradição que já lá vai — tanto especificamente lassalliana como socialista vulgar — estão, no essencial, postos de parte”, dizia Engels em junho de 1891 (1982). Uma análise comparada da carta de Engels com o programa final aprovado em Erfurt mostra que muitas de suas contribuições foram aceitas e incorporadas ao documento. Mas nem todas. Os social-democratas temiam que um programa exageradamente ousado pudesse legitimar a volta de uma nova Lei Antissocialista. Por essa razão a expressão “ditadura do proletariado” sequer aparece no documento final. Engels, não apenas criticou essa decisão como a acusou de “oportunismo”. Não obstante essa diferença, avaliou de forma positiva o resultado final do Congresso.

David Mclellan (1977, p. 45) observa bem que “entre Engels e a direção do partido havia a inevitável tensão do teórico no exílio e os ativistas na arena política”. Faz sentido

que Kautsky, Bernstein e Bebel, autores do programa, temessem a volta das Leis Antissocialistas num momento em que o partido crescia eleitoralmente mais do que nunca. Por outro lado, também fazia sentido que Engels, intelectual maior dos comunistas no cenário internacional, retivesse uma preocupação teórica com a manutenção das bases da teoria marxista. Seria no mínimo antidialético considerar contraproducente essa tensão. Afinal, o problema histórico do SPD não foi a tensão entre prática e teoria, mas sim a forma como a partir do início do século XX a teoria foi suplantada pela prática.

O papel do partido e das eleições na teoria política de Engels (1895)

Com o novo programa em mãos, o SPD manteve seu acelerado processo de crescimento eleitoral. E o primeiro grande analista do sucesso dessa via eleitoral assumida pelo partido socialdemocrata foi Engels. Em seu último grande texto escrito em vida, o *Prefácio* de 1895 para o livro de Marx, *As Lutas de classes na França*, Engels sistematizou aquilo que pode ser considerado a sua principal contribuição para a teoria dos partidos políticos. Como se sabe, em *As Lutas de classes na França*, Marx, assim como também fez no *18 Brumário*, tratou do período revolucionário francês ocorrido entre 1848 e 1850, quando, após a restauração da República, o proletariado foi massacrado e a burguesia consolidou-se historicamente como classe dominante no país, ainda que sob a regência de Luis Bonaparte. Sob o pretexto de prefaciá-la aquela obra publicada originalmente quarenta e cinco anos antes, Engels produziu uma nova interpretação da forma da luta de classes, ou, melhor dizendo, atualizou a interpretação sobre o tipo de ação que a luta de classes em fins do século XIX exigiria.

Em síntese, Engels observou que a forma de luta de meados do século XIX foi alterada pelo desenvolvimento econômico e científico. Em suas palavras, “hoje as formas de luta de 1848 são antiquadas em todos os aspectos” (Engels, 2012e, p. 14). “A rebelião ao estilo antigo, a luta de rua com barricadas, que até 1848 servia em toda parte para levar à decisão final, tornara-se consideravelmente antiquada” (Engels, 2012e, p. 22). Mas por qual razão seriam antiquadas? Entre 1848 e 1895 muitas foram as mudanças econômicas, políticas, sociais, tecnológicas *etc.* Os exércitos permanentes foram ampliados, estradas de ferro capazes de deslocar esses exércitos foram construídas, as armas de fogo do exército foram mais desenvolvidas e as ruas das grandes cidades foram alargadas, o que impediria a montagem de barricadas. Enfim, todas as mudanças foram favoráveis aos exércitos e desfavoráveis para a realização de lutas de barricadas, como ocorreram em

1848. Mas se o desenvolvimento econômico gerou essa impossibilidade de uma luta militar de igual para igual entre revolucionários e o Estado, por outro lado um determinado desenvolvimento político passou a ser a principal arma da socialdemocracia. Trata-se do sufrágio universal. Em uma passagem de grande otimismo, o patrono da Segunda Internacional listou todas as vitórias eleitorais do SPD desde sua criação até o ano de 1895:

Graças à sabedoria com que os trabalhadores alemães utilizaram o direito de voto universal introduzido em 1866, o crescimento espantoso do partido apresenta-se aos olhos do mundo em números incontestáveis. Em 1871: 102 mil; em 1874: 352 mil; em 1877: 493 mil votos social-democratas. Em seguida, veio o alto reconhecimento desses progressos por parte da autoridade na forma da Lei de Exceção contra os Socialistas; o partido se dispersou momentaneamente, o número de votos despencou para 312 mil em 1881. Porém, isso foi rapidamente superado, e agora, sob a pressão da lei de exceção, sem imprensa, sem organização exterior, sem direito de associação nem de reunião, foi que começou para valer a rápida expansão – em 1884: 550 mil; em 1887: 763 mil; em 1890: 1,427 milhão de votos. Diante disso a mão do estado ficou paralisada. A Lei contra os Socialistas sumiu, o número de votos socialistas subiu para 1,787 milhão, mais de um quarto de todos os votos depositados (Engels, 2012e, p. 20).

Essa análise só poderia ter uma conclusão: pelo uso do sufrágio universal, ou seja, pela via eleitoral, os socialistas chegariam ao poder. Engels, claro, não era um ingênuo. Sabia bem que, se os socialistas chegassem ao poder pela via eleitoral, as classes dominantes seriam as responsáveis pela subversão, ou seja, pela quebra das regras do jogo. Mas se as classes dominantes optassem por quebrar a legalidade, os socialistas estariam preparados: “a social-democracia estará livre para fazer com os senhores o que bem entender”, advertia Engels. Sob esse registro é impossível não lembrar do exemplo histórico de Allende no Chile na década de 70 do século XX. O texto de Engels, contudo, foi subvertido. Os dirigentes socialdemocratas retiraram as passagens em que eram apresentadas as possibilidades de uma revolução violenta e divulgaram apenas as ideias relacionadas a certo pacifismo eleitoral. Em carta para Paul Lafargue, Engels (apud MORAES, 2001, p. 37) denunciava esse fato:

Liebkecht acaba de me pregar uma bela peça ('joli tour'). Ele extraiu de minha introdução aos artigos de Marx sobre a França de 1848-1850 tudo que pode lhe servir para sustentar a tática a todo custo 'pacífica e antiviola' que lhe apraz defender, há algum tempo [...]. Mas essa tática, eu só a preconizo para a Alemanha de hoje e ainda assim com muita reserva. Para a França, a Bélgica, a Itália, a Áustria, essa tática não poderia ser inteiramente seguida e, para a Alemanha, ela poderá amanhã se tornar inaplicável.

Por um lado, essa avaliação de Engels sobre as possibilidades da via eleitoral estava correta. Com efeito, o SPD manteve seu crescimento permanente e, duas décadas depois, em 1918, chegou ao poder com a posse do socialdemocrata Friedrich Ebert como chanceler e, em seguida, como presidente do país. Por outro lado, Engels não havia percebido que os seus principais discípulos – Bernstein, Kautsky e outros – seriam os principais responsáveis pelo revisionismo teórico e a moderação política do SPD que culminaria com a perseguição aos comunistas e o assassinato de Rosa Luxemburgo. Ironia da história: a via eleitoral preconizada por Engels levou o SPD ao poder; mas o SPD que chegou ao poder já não era o mesmo de Engels.

O que se vê até aqui é que Engels foi o primeiro a descrever a ascensão de um partido de massas na história, no caso, o SPD. Esse mesmo partido de massas estudado por ele seria a base para os estudos de Weber e Michels nas duas décadas seguintes. Mas essa não foi sua única contribuição. Seguindo os passos já dados por Marx desde o *18 Brumário*, Engels elaborou de forma mais clara uma outra ideia: a de que os partidos políticos são expressões institucionais dos interesses das classes sociais. Em sua interpretação, “os partidos políticos individuais são a expressão política mais ou menos adequada dessas mesmas classes ou frações de classes” (Engels, 2012e, p. 10). Essa formulação de Engels sobre o caráter de classes do partido foi muito influente na teoria política marxista do século XX. Lenin (1979, p. 189), por exemplo, considerava que “numa sociedade baseada em classes, a luta entre as classes hostis converte-se de maneira infalível, numa determinada fase de seu desenvolvimento, em luta política. A luta entre os partidos é a expressão mais perfeita, completa e acabada da luta política entre as classes”. Semelhante leitura fazia Gramsci na Itália da década de 30. Em seus *Cadernos do Cárcere*, o sardo sustentava que “os partidos são apenas a nomenclatura das classes” (Gramsci, 2007, p. 201). Mas Gramsci, claro, deu um passo adiante ao oferecer maior protagonismo ao campo político. Daí dizer que “também é verdade que os partidos não

são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las” (Gramsci, 2007, p. 201).

Na segunda metade do século XX a teoria dos partidos *stricto sensu* teve uma dificuldade maior em identificar partidos e classes sociais. Mesmo Duverger (1970, p. 15), que em diversos momentos de sua obra observou uma clara relação entre as classes e as formas de organização partidária, defende que “os partidos atuais se definem muito menos por seu programa ou classe de seus adeptos do que pela natureza de sua organização”. Essa falta de identificação classe-partido teria a ver com o contexto de expansão do sufrágio no pós-Segunda Guerra. Muitos autores passaram a entender que, no jogo eleitoral, a identificação com uma única classe seria um empecilho para a conquista de votos. Por isso o surgimento do chamado “partido pega-tudo”, segundo Kirchheimer (2012), ou “partido profissional-eleitoral”, conforme Panebianco (2005).

Principal estudioso marxista da teoria dos partidos políticos na segunda metade do século XX, Umberto Cerroni promoveu um interessante diálogo entre Gramsci e Kirchheimer. Para Cerroni (1982, p. 20), “pode-se concluir que a luta de classe é uma luta de partidos e que, todavia, a luta dos partidos não é *ipso facto* a luta das classes”. Cerroni percebeu que uma identificação tão mecânica entre partido e classe, como havia nos tempos de Marx, Engels e Lenin, havia ficado para trás. Não apenas o campo político teria uma certa autonomia do campo econômico, como também diversos outros elementos interagiriam como o contexto histórico, a preparação cultural, a concepção de mundo *etc.* Daí a fragilidade de classe de alguns partidos políticos, mesmo os socialdemocratas. Marxista de outra linhagem, a do marxismo analítico, Adam Przeworski preferiu observar essa flexibilização classista como uma escolha racional dos partidos políticos. O ponto de Przeworski é convincente: os sistemas eleitorais costumam exigir que os vencedores sejam aqueles que conquistem algo em torno de 50% dos votos nas eleições. Ocorre que em nenhuma sociedade a classe operária por si só conformou mais da metade da população, ou algo próximo dessa porcentagem. A socialdemocracia deveria fazer uma escolha: “ter um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe mas condenado à perpétua derrota eleitoral ou um partido que luta pelo êxito eleitoral às custas da diluição de seu caráter de classe” (Przeworski, 1989, p. 39). Os socialdemocratas optaram pelo segundo caminho.

Em suma, se Engels estava correto em afirmar que em seu tempo - e também no de Lênin - os partidos políticos eram as representações das classes sociais na luta institucional, também estão corretos os que afirmam que, no pós-Segunda Guerra, essa identificação tão nítida entre classe e partido foi flexibilizada.

Considerações finais

Busquei demonstrar neste artigo que Engels foi um dos primeiros formuladores de uma teoria contemporânea dos partidos políticos. Engels, antes dos clássicos do início do século XX como Ostrogorski, Weber e Michels, já havia notado a ascensão dos partidos de massas a partir do estudo do SPD alemão. Em síntese, suas contribuições podem ser sistematizadas em duas dimensões: em primeiro lugar, a ideia do partido de massas, que inclui no sistema político amplas parcelas da sociedade e que aposta na via eleitoral como ferramenta para a institucionalização da luta de classes. Vale lembrar que o tema da participação eleitoral sempre foi muito polêmico entre os socialistas e que foi uma das razões da divisão e do conseqüente fim da AIT. Foi com Engels que surgiu a melhor formulação sobre a importância das eleições para os socialistas e, de certo modo, que a polêmica foi superada. Em segundo lugar, Engels foi o primeiro a identificar de forma mais clara a correlação entre classes sociais e partidos políticos. Essa abordagem foi relativamente adotada pela teoria política até meados do século XX, quando diversas mudanças históricas exigiram que as organizações partidárias flexibilizassem suas identidades programáticas e classistas, vide Kirchheimer e Panebianco. É bem verdade que Engels não construiu uma obra bem sistematizada que poderia ser chamada de uma “teoria dos partidos políticos”, como fizeram Ostrogorski e Michels, por exemplo. Mas suas contribuições pontuais certamente o credenciam como um nome a ser considerado ao lado desses outros clássicos, aliás, como ocorreu com Weber.

Referências bibliográficas

BAKUNIN. *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo. *Engels: o segundo violino*. São Paulo: Xamã, 1995.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ENGELS, Friedrich. “Introdução”. In: MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. “Friedrich Engels a August Bebel (março de 1875)”. In: MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. “Friedrich Engels a Wilhelm Bracke (outubro de 1875)”. In: MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. “Friedrich Engels a August Bebel (outubro de 1875)”. In: MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012c.

_____. “Prefácio de Friedrich Engels”. In: MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012d.

_____. “Prefácio”. In: MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012e.

_____. “Sobre a importância da luta política”. In: MUSTO, Marcello. *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. “Para a Crítica do Projecto de Programa Social-Democrata de 1891”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Progresso, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HUNT, Tristram. *Comunista de casaca: a vida revolucionária de Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

JOFFILY, Mariana. *O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)*. São Paulo: Alameda, 2012.

KIRCHHEIMER, Otto. “A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental”. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* Brasília, n. 7, p. 349-385, abr. 2012.

LENIN, V. I. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____ ; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MCLELLAN, David. *As ideias de Engels*. São Paulo: Cultrix, 1977.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. UNB, 1982.

MORAES, João Quartim de. “Contra a canonização da democracia”. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 12, 2001.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Ed. UNB, 1982.